



A ADAPTAÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS PCDS NO PROJETO ALFA EM AÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARITUBA/PA

Daniela de Nazaré Alfaia Nascimento¹

Naelen Nunes dos Santos²

Eixo temático 3: Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal descrever a necessidade de se adaptar de recursos pedagógicos para se trabalhar o processo de alfabetização de alunos PCDS o mesmo seguiu em conjunto ao projeto Alfa em Ação, que preconiza a alfabetização dos educandos inseridos na rede municipal de Marituba no Pará. O projeto tem como público alvo o Pré II (Educação Infantil), o 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental anos iniciais e a 1ª etapa da Educação de Jovens e Adultos. O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como principais referenciais o projeto Alfa em Ação (2022), Brasil (2003), os escritos de Claro (2019), Fachinetti et al. (2017), Silva et al. (2020) e Alves (2018). Diante dos desafios dos professores no processo de alfabetização de discentes PCDS e com Transtorno do Espectro Autismo (TEA) surgiu a reflexão acerca de como garantir esse direito de aprendizagem e quais as formas de se viabilizar subsídios para que o processo de ensino ocorra de forma qualitativa e idônea trabalhando como foco a literacia e a numeracia. Neste sentido, busca-se salientar a importância das tecnologias assistivas (TA), incluindo a de baixa tecnologia que podem ser produzidas pelo próprio docente e incluída em sua prática. Ressalta-se nos escritos a importância da formação continuada para os educadores, principalmente formações que busquem oportunizar aos educadores meios de instrução para se aplicar práticas diferenciadas e diversificadas. Por fim, a pesquisa preconiza seguir fiel o construto do projeto que teve início no ano de 2021 no município.

Palavras-chaves: Adaptação; Recursos Pedagógicos; Alfa em Ação; Tecnologias Assistivas.

Introdução

Diante do processo de ensino e aprendizagem de alunos que possuem deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, um dos maiores desafios é o ciclo da alfabetização, justamente por perpassar pelo universo da inclusão. Para que ocorra a inclusão efetiva desses alunos são necessárias diversas estratégias, como a adaptação e elaboração de recursos

¹Pós-graduada em Educação Especial na Perspectiva da Inclusão na Faculdade Integradas Ipiranga e acadêmica do Curso de Psicopedagogia com ênfase na Neuropsicopedagogia no Centro Universitário FIBRA. Departamento Pedagógico, SEMED - Marituba (PA). Contato: daniela.alfaia@gmail.com

² Graduada em Pedagogia (Universidade Estadual do Pará). Departamento Pedagógico, SEMED - Marituba (PA). Contato: naelen_nunes@hotmail.com

pedagógicos, além de formações contínuas para os professores, tornando estes capacitados para atuar e aplicar práticas inclusivas em seu fazer pedagógico.

Segundo o Decreto nº 3.298 (BRASIL, 2001), que regulamenta a Lei nº 7.853 de 1989, Pessoas com Deficiências (PCD) são as que têm limitações ou incapacidade para o desempenho de atividades e que encontram nas seguintes categorias:

I-Deficiência física- alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidades congênitas ou adquiridas, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções; II- Deficiência auditiva- perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ; III- Deficiência Visual- cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; IV- Deficiência Mental- funcionamento intelectual significativamente inferior à média com antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho; V- Deficiência Múltipla- associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 2001, s/p).

Continuando a descrição das deficiências mencionadas acima, o Decreto nº 8.368 (BRASIL, 2014) considera como deficiência, para todos os efeitos legais, a pessoa com Transtorno do Espectro Autismo (TEA), dando a elas todos os direitos e obrigações previstos na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo facultativo, promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

A partir da Declaração de Salamanca, em 1994, passou-se a considerar a inclusão dos alunos com Necessidades Especiais em classes regulares como forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais:

O direito de toda criança à educação foi proclamado na Declaração de Direitos Humanos e ratificado na Declaração Mundial sobre Educação para todos. Toda pessoa com deficiência tem o direito de manifestar seus desejos quanto a sua educação, na medida de sua capacidade de estar certa disso. [...] as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (BRASIL, 2003, p. 19).

Diante da afirmativa, preconiza-se que uma das ações inclusivas que demonstram resultados satisfatórios no processo de ensino e aprendizagem das funções cognitivas, competências e habilidades curriculares com alunos que possuem necessidades especiais é

a utilização de recursos pedagógicos concretos elaborados e voltados para as especificidades dos discentes.

Sob esta perspectiva, o Projeto Alfa em Ação tem como propósito oferecer um processo de alfabetização e letramento adequado, promovendo a aprendizagem significativa dos indivíduos. Nesse contexto, os educandos são estimulados a formular hipóteses sobre a leitura e escrita, levando em consideração sua bagagem pré-existente proveniente da conjunção familiar, social e cultural, utilizando-a como recurso pedagógico (MARITUBA, 2022).

Neste sentido, o presente estudo visa fomentar a essencialidade que o aprendente possui de tocar, produzir e manusear o instrumento que está auxiliando seu aprendizado. No tocante da proposta, intui-se que é essencial a introdução das Tecnologias Assistivas (TA) na prática dos professores alfabetizadores como ferramenta fundamentadora, essa produção de recursos e jogos pedagógicos podem ser caracterizados por TA.

A Tecnologia Assistiva (TA) é fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas. É uma disciplina de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana. Tecnologia Assistiva diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência (BRASIL, 2007, p. 11).

Por meio do projeto Alfa em Ação, aplicado no Município de Marituba-PA e elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, percebeu-se a importância da utilização de recursos pedagógicos na dinâmica do aprendizado da alfabetização, tanto da língua portuguesa quanto da matemática.

Dentre os principais objetivos do projeto, busca-se que os discentes consigam desenvolver hipóteses tanto na literacia quanto na numeracia e a sua alfabetização consolidada. Os recursos pedagógicos se mostram importantes auxiliares neste processo, em que o professor elaborará estratégias e recursos nas duas competências que propiciem esta consolidação.

O projeto tem como objetivo garantir a alfabetização dos alunos da rede Municipal de Ensino, iniciando o processo no Pré II (educação Infantil) ao 2º ano, consolidando o mesmo no 3º ano do ensino fundamental e 1ª etapa da Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto o projeto estiver vigente (MARITUBA, 2022).

Adicionalmente, Rotta e Pedroso corroboram que:

[...] é evidente o fato de que a leitura é uma forma complexa de aprendizagem simbólica, na qual mudanças relativamente triviais em uma palavra podem alterar completamente sua pronúncia e seu significado. É um processo que envolve linguagem escrita, atenção, habilidade motora, vários tipos de memória, organização de texto e imagem mental (ROTTA; PEDROSO, 2016, p. 134).

No mesmo sentido, Claro (2019) afirma que na leitura, temos duas grandes rotas: a fonológica e a lexical. Iniciamos a priori, pela decodificação que, progressivamente, transforma uma sequência de letras totalmente nova em sons que se forma uma palavra.

2 Fundamentação Teórica

O estudo teve como base o projeto Alfa em ação (MARITUBA, 2022), os escritos de Claro (2019), Mousinho et al. (2018), Silva et al. (2020), Alves (2018), Fachinetti et al. (2017), Silva et al. (2016), Declaração de Salamanca (1994) e Brasil (2003). Neles buscou-se as fundamentações que viabilizam meios e subsídios para se chegar as deduções e respostas que se propõem no presente estudo.

Dessa forma, fica evidente que o processo de alfabetização e letramento também se fundamenta no compromisso com uma gestão democrática, possibilitando aprimoramentos no trabalho junto aos professores, alunos e à comunidade. Além disso, é essencial o envolvimento e engajamento dos alunos com deficiências, reconhecendo a importância da prática pedagógica inclusiva e da diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (BRASIL, 2018) e na Resolução Nº 01/2021, de 25 de maio de 2021, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

E neste viés, pensou-se em salientar a importância de se criar metas direcionadas ao público de alunos com necessidades especiais que fazem parte do sistema educacional da rede pública de ensino do município. Seguindo este fomento, buscou-se propor formações ao corpo docente da rede municipal de educação, em que nestas formações umas das temáticas fossem a elaboração e produção de recursos concretos que possam servir como facilitadores do aprendizado e aquisição destas competências curriculares tão essenciais.

Os recursos de TA contribuem de maneira significativa, como estratégia, para o processo de ensino e aprendizagem dos educandos, pois ao se divertir com situações pedagógicas mediadas pelo professor, o sujeito passa a construir seu próprio conhecimento. Entretanto, para que o estudante com deficiência seja ativo no processo de construção do conhecimento, são necessários recursos de TA para que ele possa, a partir de seus interesses e conhecimento, exercitar sua capacidade funcional de pensar autônomo (SILVA et al., 2016).

Dentro do noviciado da aprendizagem, existe uma vasta possibilidade de emprego de jogos educativos com o objetivo de desenvolvimento de conceitos e habilidades, como memória, atenção, motricidade fina, além de aspectos emocionais e sociais, como autoconfiança, motivação e resistência às frustrações.

3 Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho informativo, que preconiza deduções qualitativas acerca da aplicação e necessidade de se realizar adaptação de recursos pedagógicos no processo de alfabetização de educandos PCDS. Ressalta-se que o projeto vem sendo desenvolvido em todas as escolas que possuem Pré II (Educação Infantil), 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental anos iniciais, além da 1ª etapa da EJA.

Neste sentido, busca-se retratar com base na dinâmica de todo o processo de aplicação do projeto Alfa em Ação e da necessidade apresentada no processo de alfabetização dos educandos PCDS e com TEA, fomentar que a utilização de adaptação de recursos e jogos pedagógicos é de suma importância para que esse educando contemple essa habilidade.

Fachinetti et al. (2017) mitigam que é essencial a utilização TA nesse âmbito, pois podem gerar alternativas e propor estratégias eficientes para favorecer que a inclusão escolar atenda e contemple as necessidades individuais dos alunos do público-alvo da Educação Especial no acesso ao conteúdo curricular planejado. No contexto escolar, as Tecnologias Assistivas representam uma possibilidade de proporcionar maior autonomia ao aluno e, assim, contribuir com o processo de inclusão escolar, permitindo-lhe ser mais funcional e autônomo na realização cotidiana de atividades.

4 Resultados e Discussões

Por meio da pesquisa realizada na construção do projeto Alfa em Ação, identificou-se que havia dentro do levante e marco de metas a necessidade de se buscar meios que subsidiassem práticas que oportunizassem sanar os déficits apresentados em anos anteriores com o processo da apropriação da leitura, escrita e do desenvolvimento matemático do alunado inserido nas escolas municipais de Marituba.

Por meio destas ações e aplicabilidade do projeto Alfa em Ação, objetivou-se proporcionar e assegurar os direitos de aprendizagens, bem como, a inclusão de fato de todo o alunado pertencente ao sistema de ensino da rede pública da cidade. Claro enfatiza que:

A capacidade de pensar conscientemente sobre os sons da fala e suas combinações assume relevância essencial para a aprendizagem da leitura e escrita, aquisições fundamentais nas séries iniciais da escolaridade da criança. Esta complexa tarefa resulta da relação entre a escrita das palavras e a oralidade, o que implica a capacidade de identificar os sons da fala (fonemas) e manipulá-los, de forma a estabelecer a relação necessária entre eles e a sua representação ortográfica (2019, p. 11).

E se voltando ao estudo da numeracia e a necessidade da leitura da sua consolidação, Alves destaca que:

Ao compreender que as habilidades e competências necessárias para a resolução de problemas matemáticos são as mesmas para solucionar problemas cotidianos, a criança abrangerá que a matemática é necessária para a vida social, cultural e educacional. Por conseguinte, a criança necessita de habilidades que permitam que ela faça a explanação do universo por meio da matemática (2018, p. 193).

Assim, durante o período de 2022 a 2024, o departamento pedagógico, em colaboração com as escolas, conduzirá de forma periódica o levantamento quantitativo de alunos não alfabetizados, garantindo a atualização regular dessas informações por meio de anexos, que evidenciarão o progresso em relação às metas estabelecidas (MARITUBA, 2022).

5 Considerações Finais

Ao findar do levantamento literário realizado, expõe-se que o objetivo geral deste artigo foi discorrer e expender que as adaptações nos recursos pedagógicos, práticas voltadas para o processo de alfabetização de alunos PCDS, são essenciais para que o projeto Alfa em Ação consiga alcançar e incluir de forma qualitativa os educandos que possuem deficiências ou distúrbios de aprendizagem, além daqueles que possuem transtornos globais do desenvolvimento.

Ressalta-se que o projeto está em vigência e aplicação no município, e possui marcos culminantes que buscarão vislumbrar os resultados traçados dentro das fundamentações e necessidades identificadas por meio de observações de todo o corpo técnico do departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, observações registradas no constructo teórico que norteia o projeto.

Ressalta-se que o presente estudo buscou preconizar as três vertentes modalidades e respeitando os ciclos de alfabetização juntamente com escritos que ressaltam a utilização de recursos pedagógicos e estratégias estimulantes que priorizam a escolarização e o ensino de qualidade a crianças com necessidades especiais, assegurando e garantindo os direitos consolidados.

Referências

ALVES, Maria Dolores Fortes. **Neuroaprendizagem e educação: multidimensionalidade do ensinar e aprender**: Guia Prático de Neuroeducação. Rio de Janeiro: Wak, 2018.

BRASIL. **Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistivas.** – Brasília: CORDE, 2009. 138 p.

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas** e ...mec.gov.br
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf> consultado 29\05\2023

BRASIL,2014REGULAMENTA A LEI DE,COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA,
<https://legis.senado.leg.br/norma> consultado em 26\05\2023.

CLARO, Roberta. **Neuroaprendizagem vol.2:** Intervenção para Alfabetização.Rio de Janeiro: Wak, 2019.

FACHINETTI, T.A., GONÇALVES, A.G., LOURENÇO, G. F. **Processo de Construção de Recurso de Tecnologia Assistivas para Aluno com Paralisia Cerebral em Sala de Recursos Multifuncionais.** São Paulo: Esp. 2017.

MARITUBA. **Projeto Alfa Em Ação,** Lei Nº 608, de 30 de junho de 2022. Marituba-PA: SEMED, 2022.

MOUSINHO, Renata., et al. **Desenho Universal de Aprendizagem: jogos educativos com foco no desenvolvimento inicial da leitura:** Guia Prático de Neuroeducação. Rio de Janeiro: Wak, 2018.

ROTTA, Newra Tellechea.; PEDROSO, Fleming Salvador. **Transtornoss da Linguagem Escrita:** Dislexia. Transtornos da Aprendizagem Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar 2ª ed.; Porto Alegre- RS: Artmed Editora Ltda, 2016.

SILVA, Clebson Assis.; et al. **Desafios da docência no processo de alfabetização dos alunos com necessidades educacionais especiais.** DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7118>: 2020. Consultado em 26\05\2023.